

Victor Corrêa*

Quando a idade vira exclusão

Fátima trabalha desde os 18 anos. Hoje, tem 58 recém-completados. Em uma ironia nada feliz, ganhou de presente uma demissão.

Estava na mesma empresa havia cerca de dez anos. Cumpria bem suas funções, era comprometida. Ainda assim, foi demitida.

O etarismo, a discriminação baseada na idade, falou alto enquanto ela assinava os papéis de rescisão. Fátima tem contatos, tem experiência, tem história. Mas, desta vez, nada parece suficiente.

Ao longo da vida, precisou se adaptar muitas vezes, principalmente à tecnologia. Seguindo o conselho de uma amiga, criou um perfil no LinkedIn, rede social voltada a conexões profissionais e busca de emprego.

Não foi simples. Fátima diz que não se reconhece na cultura da performance das redes profissionais.

Hoje, para encontrar um trabalho, não basta mais ter um bom currículo ou um perfil completo. É preciso ser encontrado. Nesse ambiente, quem faz esse encontro não são pessoas, mas sistemas.

O LinkedIn funciona a partir de algoritmos que identificam palavras-chave, frequência de atividade e nível de engajamento. Não é apenas a trajetória profissional que define quem será visto, mas a forma como ela é apresentada dentro da plataforma.

Uma pesquisa recente mostra que cerca de 70% das empresas contrataram um número muito baixo de profissionais com mais de 50 anos; muitas vezes nenhum.

Não é exceção. Há um padrão.

Diante desse cenário, muitos profissionais passam a recorrer às redes sociais para não desaparecer. O que poderia funcionar como ponte se transforma em mais uma fonte de desgaste: a necessidade de se manter relevante no mercado de trabalho.

Nem todo mundo quer transformar a própria trajetória em vitrine para continuar trabalhando.

Fátima observa aquilo tudo e se pergunta como essas pessoas conseguem ter sempre um relato de aprendi-

zado, sucesso ou superação para contar.

A história de Fátima não é exceção. Há uma geração inteira com carreira longa, formação sólida e anos de experiência que, ainda assim, encontra dificuldades para se manter no mercado.

Não falta experiência. Falta espaço para quem tem experiência.

Aos poucos, o que era estabilidade dá lugar ao improviso. Um trabalho aqui, outro ali. Nada contínuo. Nada seguro.

Nesse contexto, a experiência, que deveria abrir portas, muitas vezes passa a fechá-las. O rótulo de “qualificado demais” aparece como justificativa para a exclusão.

Fátima passou a lidar com episódios de ansiedade diante da instabilidade e das sucessivas tentativas frustradas de se recolocar. Com a perda da renda, precisou cancelar o plano de saúde e passou a depender do SUS, enfrentando longas filas.

Ao mesmo tempo, se deparava, no LinkedIn, com uma vitrine constante de histórias de sucesso que pareciam distantes da sua realidade. A comparação, inevitável, pesava.

O Brasil está envelhecendo, como mostram os dados do Censo do IBGE.

E quem hoje tem 30, 40 anos já sabe: vai trabalhar entre os 60 e 65 anos, após a reforma da Previdência de 2019. O problema é que o mercado não parece disposto a manter essas pessoas até lá.

Esse descompasso não é apenas individual. É estrutural e exige políticas públicas que revisem o recrutamento de profissionais seniores e ampliem oportunidades ao longo da vida profissional.

Ignorar esse movimento é empurrar para fora quem ainda está no meio do caminho.

***Jornalista, mestre e doutorando em Políticas Públicas pela Fundação Getulio Vargas**

Márcio Coimbra*

Soberania em Xeque

A soberania de uma nação é tradicionalmente medida pela rigidez de suas fronteiras e pela solidez de suas instituições. No entanto, o cenário contemporâneo impôs ao Brasil um desafio peculiar: uma erosão silenciosa das estruturas de governança promovida pelo crime organizado. Grupos como PCC e Comando Vermelho atravessam uma profunda metamorfose, afastando-se da delinquência comum para consolidar um perigoso modelo de poder paraestatal que se infiltra nas veias do Estado e na economia formal, desafiando as ferramentas jurídicas tradicionais.

Observa-se hoje um processo de camuflagem institucional. Organizações criminosas utilizam a estrutura estatal para expandir seus domínios, gerindo serviços essenciais — como transporte público, coleta de resíduos e até unidades de saúde — para converter verbas públicas em capital de giro ilícito. Controlam municípios em sua totalidade e ampliaram sua atuação para os três poderes e esferas institucionais, infiltrados nos poderes executivo, legislativo e judiciário. Este fenômeno aponta para um risco iminente de “mexicanização. Diante deste cenário, a integridade da democracia é posta em xeque, exigindo análise que transcenda a segurança pública e alcance a defesa nacional.

Essa complexidade agrava-se com a transformação do território nacional em um entreposto logístico global, atraindo redes criminosas internacionais. A convergência entre o narcotráfico doméstico e presença de células terroristas extrarregionais altera a percepção de risco sobre o país. Como confirmado pela Operação Carbono Oculto, grupos internacionais utilizam a capilaridade das facções brasileiras para operações de financiamento e suporte logístico, acredite, conectando o crime urbano às instabilidades do Oriente Médio.

Um pilar central dessa vulnerabilidade é a arquitetura financeira. O Brasil carece de uma lei robusta de triagem de investimentos estrangeiros, similar

ao modelo de economias centrais. A inexistência de filtros que escrutinem “investimentos” mantém as portas abertas para ativos perigosos. Através de engenharias societárias em paraísos fiscais, o capital do crime e do terrorismo é reciclado na economia real, como na infraestrutura, agronegócio, portos, indústria, terras raras, atingindo nossa soberania ao financiar desestabilização institucional, expondo o sistema bancário a graves riscos reputacionais.

É neste vácuo jurídico que surge uma estratégia de defesa contemporânea: a convergência com a classificação de Organização Terrorista Estrangeira (FTO) proposta pelos EUA. Sob a ótica da Realpolitik, o apoio a essa medida não é submissão, mas a adoção de um multiplicador de forças indispensável. Ao integrar PCC e CV a este regime, o Brasil ganha acesso a um arsenal de sanções financeiras e inteligência de alta tecnologia que isoladamente levaria décadas para desenvolver. A classificação retira as facções da zona de conforto do direito penal comum, permitindo que o Estado promova higidez nos capitais empresarial e financeiro.

A verdadeira soberania manifesta-se na capacidade de reconhecer ameaças e buscar alianças que potencializem a autoridade estatal. O apoio à iniciativa americana e a implementação de leis rigorosas de triagem de investimentos são as faces de uma mesma moeda. O enfrentamento ao narcoterrorismo exige um pragmatismo soberano que infelizmente tem faltado ao nosso país.

***CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro e Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal.**

Leonardo Boff*

A luta do Condor com Touro: colonização versus libertação

Por mais que tenham sido oprimidos e, em grande parte, exterminados, os povos originários de Abya-Yala (nome indígena para a América do Sul) sempre resistiram e alimentaram a esperança de um dia resgatarem sua identidade.

Em razão desta esperança em algumas comunidades andinas dos antigos incas, lá por Portosi, celebra-se, de tempos em tempos, um ritual de grande significação: amarra-se um Condor no dorso de um Touro bravo. Trava-se, diante da multidão, uma luta feroz e dramática, O Touro faz de tudo para se livrar do Condor e este bica-o, incessantemente, até que com suas potentes bicadas extenua e derruba o Touro. Este então, vencido, é comido por todos.

O cristianismo imposto fazia parte do projeto colonial. Tratava-se, na clássica fórmula “dilatara fé e o império”. O cristianismo em geral se mostrou sempre sensível ao pobre, embora com métodos discutíveis, mas foi implacável e etnocêntrico face à alteridade cultural. O outro (o indígena e negro) foi considerado inimigo, pagão e infiel.

Contra ele se moveram “guerras justas” e se lhe leu o requerimiento (um documento em latim lido diante do cacique no qual ele deveria reconhecer o rei como seu soberano e o papa como representante de Deus). Caso não se aceitasse, pois nem entendia o latim, se legitimava o sometimento forçado.

Não devemos jamais esquecer que nossas sociedades sul-americanas estão assentadas sobre grande violência praticada pelo colonialismo que invadiu nossas terras e obrigou-nos a falar e pensar nos moldes do invasor. Sofremos feroz etnocídio indígena com sua quase extinção; o desumano escravismo que reduziu milhões de pessoas a “peças”; a dominação persistente das classes dominantes, egoístas, corruptas e insensíveis face à pobreza de seus semelhantes, negadoras de um projeto nacional que incluísse a todos, só pensando em seus benefícios e privilégios. As desigualdades sociais, as hierarquias discriminatórias e a falta de sentido do bem comum se alimentam ainda hoje deste substrato cultural perverso.

Por isso com espanto ainda recentemente escutamos de autoridades oficiais eclesásticas que a primeira evangelização não foi uma “imposição nem uma alienação”. E que seria “um retrocesso e uma involução” querer resgatar as religiões ancestrais dos povos originários. Hoje após o sínodo Pan-amazônico do Papa Francisco, ao contrário, se insiste neste resgate.

Face a isso não podemos deixar de escutar o reverso da con-

quista e da evangelização imposta, a voz das vítimas que ecoam até os dias de hoje. Testemunha-o os lamentos do profeta maia Chilam Balam de Chumayel:

“Ai! Entristeçamo-nos porque chegram... vieram fazer nossas flores murchar para que somente a sua flor vivesse... vieram castrar o sol”. E sua lamúria continua: “Entre nós se introduziu a tristeza, se introduziu o cristianismo... Esse foi o princípio de nossa miséria, o princípio de nossa escravidão” (cf. M. León-Portilla, El reverso de la conquista, México 1989). Há palavras que mais nos desmoralizam que essas? A boa-nova como tristeza, princípio de escravidão!

Segundo o filósofo e historiador Oswald Splengler (1880-1936) em A Decadência do Ocidente, (1938) a invasão ibérica na América significou o maior genocídio da história humana. A destruição, diz ele, foi da ordem de 90% da população. Dos 22 milhões de astecas em 1519 quando Hernán Cortés penetrou no México, só restou um milhão em 1600. E os sobreviventes no dizer de Jon Sobrino, teólogo assessor do Santo Dom Arnulfo Romero, são povos crucificados que pendem da cruz; missão da Igreja e da cidadania aberta é baixá-los da cruz e fazê-los ressuscitar.

O embate entre o Touro e o Condor significa uma metáfora: Touro é o colonizador espanhol e o Condor o inca do altiplano andino, oprimido. Processa-se uma reversão simbólica: o vencedor de ontem (o Touro) é o vencido de hoje. O vencedor hoje é o Condor. O sonho de liberdade triunfa, pelo menos, simbolicamente.

Nesse contexto, a missão da Igreja é de justiça, não de caridade como foi afirmado, solenemente pelas conferências episcopais de toda a América do Sul, como Medellín, Puebla e Aparecida: reforçar o resgate das culturas ancestrais dos povos originários, com seu espírito que são as tradições, a sabedoria dos pajés e suas religiões. E em seguida estabelecer um diálogo no qual ambos se complementam, se purificam e se evangelizam mutuamente.

Então, como atestam tantos missionários, eles nos evangelizam porque, geralmente são melhores que os cristãos pelo menos não sabem o que é a mentira. Sentem-se a própria natureza e vivem na maior liberdade.

***Leonardo Boff escreve para a revista do ICL LIBERTA (https://www.revistaliberta.com.br); escreveu também A nova evangelização: a perspectiva dos pobres Vozes 1990 (www.leonardoboff.org)**